



PRESSUPOSIÇÃO E DIALOGISMO (PRESUPPOSITION AND DIALOGISM)

Eliana TAVARES (Fundação Universidade Federal do Rio Grande)

ABSTRACT: *This paper tries to review some considerations about the presuppositional ambiguity and to the consequent possibility of cancellation or negation of presuppositions. Thus, it aims at discussing questions such as **context, intention recovery and dialogism.***

KEYWORDS: *presupposition; negation; ambiguity; dialogism; context.*

0. Introdução

A proposta deste artigo assenta sobre as considerações de Heronides Moura em "Os limites da Semântica e da Pragmática"¹. Nesse texto, o Autor procura estabelecer pontos limítrofes entre as duas disciplinas, a partir da noção de *recuperação da intenção*, tendo em vista que as considerações anteriores, baseadas na noção de *contexto*, esvaziam-se, pois como alega Moura, assim como a Pragmática, "a Semântica também é contextual".

No artigo "Pressuposição e negação metalingüística"², analisamos a questão da negação dos pressupostos em negações metalingüísticas, e como ampliação dessa análise, apresentamos o artigo "Pressuposição, negação metalingüística e o contexto conversacional"³. Em ambos estudos, nos posicionamos contrários à negação dos pressupostos, afirmando que os mesmos seriam definidos em função da perspectiva de *dialogismo*, apresentada na dissertação de mestrado "A ambigüidade da negação: uma abordagem dialógica"⁴.

Importa deixar claro que nossas análises não se propõem, pelo menos por ora, ao estabelecimento de um limite capaz de tentar balizar o escopo quer da Semântica, quer da Pragmática, mas sim discutir a noção de *contexto, recuperação da intenção e dialogismo* que vêm sendo propostas. Para tanto, verificaremos como tentamos dar conta dos pressupostos envolvidos numa sentença ambígua como "Maria adoeceu antes de terminar sua tese", adaptada de Levinson (1983).

Nossa hipótese é de que a *intenção* (para usar uma expressão familiar à *recuperação de intenção*, utilizada por Moura) já está marcada no início do processo dialógico, como proposto com sentenças negativas no trabalho de mestrado.

¹ Moura (1999).

² Tavares e Rossi (1999).

³ Tavares (1999).

⁴ Tavares (1998).



1. Fundamentação Teórica

Nossa perspectiva de análise focaliza-se sobre a atitude a ser tomada diante de uma sentença ambígua. Para tanto, tomamos basicamente Levinson (1983) e a questão de negação ou não dos pressupostos envolvidos, valendo-nos, ainda, das considerações apresentadas em Tavares e Rossi (1999) e Tavares (1999) e (1998). Nestes estudos, a discussão que se apresentava fazia referência à possibilidade ou não de negação dos pressupostos envolvidos em casos ambíguos como:

(1) Maria adoeceu antes de terminar sua tese.

que poderiam levar às seguintes interpretações:

(1a) Maria terminou sua tese, mas adoeceu antes de fazê-lo.

(1b) Maria não terminou sua tese, porque adoeceu antes de fazê-lo.

Diante de tal situação, Levinson (1983) apontava para a constatação de que negaríamos o pressuposto "Maria terminou sua tese" caso mobilizássemos a interpretação em (1b). Nossa proposta, baseada na noção de *dialogismo*, apontava uma alternativa diferenciada, pois na verdade questionamos desde sempre a possibilidade de negarmos os pressupostos envolvidos na enunciação⁵, haja visto constituírem parte integrante do sentido. Assim, apresentamos a noção de *dialogismo*, a partir da qual os pressupostos seriam determinados em função da enunciação.

Na dissertação de mestrado "A ambigüidade da negação: uma abordagem dialógica", em que trabalhamos com negação, consideramos que o pressuposto seria, então, mobilizado de acordo com o sentido prefigurado no enunciado afirmativo ao qual estava relacionado o enunciado negativo sob análise. Com isso, casos como:

(2) Pedro não tem pouco dinheiro.

ambíguo quanto à possibilidade de interpretação, pois pode nos levar a:

(2a) Pedro tem muito dinheiro ou

(2b) Pedro não tem dinheiro algum.

⁵ *Enunciado e enunciação* serão utilizados neste texto com a especificação terminológica



precisaria ser reorganizado em função do enunciado afirmativo com que se relacionasse dialogicamente, assim:

(3a) Pedro tem pouco dinheiro.	quase nada	Quantidade
(3b) Pedro não tem pouco dinheiro.	suficiente	Quantidade
(3c) Pedro tem pouco dinheiro.	insuficiente	Posse
(3d) Pedro não tem pouco dinheiro.	nenhum	Posse

Desse modo, existiria uma diferença básica entre o enunciado em (3b) e o enunciado em (3d), pois enquanto o primeiro dialoga com um enunciado cuja orientação argumentativa da assertiva é *ter quase nada* [de dinheiro], o segundo dialoga com um outro enunciado afirmativo, cuja orientação argumentativa é distanciada daquela de (3a), e que pode ser configurado como (3c) *ter algum* [dinheiro], ainda que insuficiente.

A hipótese, portanto, seria de que os enunciados em (3b) e (3d) não são iguais, pois os enunciados assertivos a que fazem referência também não são iguais, uma vez que o primeiro par envolveria uma noção de *quantidade* enquanto o segundo envolveria uma noção de *posse*. Veja que se em (3a) a afirmação incide sobre a *quantidade* [de dinheiro], em (3b) nega-se justamente a *quantidade pouca* [de dinheiro]. Já no exemplo em (3d), a negação incide sobre *ter dinheiro*, ou seja, nega-se a *posse*; ao passo que em (3c) afirma-se, em contrapartida, justamente essa *posse* [de dinheiro], ainda que seja relativa a uma quantidade pequena.

Nossa tarefa neste momento volta-se para a necessidade de justificarmos os exemplos em (1) com o mesmo princípio proposto. Assim, insistimos na posição de que o pressuposto "Maria terminou sua tese" não é negado, não é determinado em função do contexto em que ocorre, nem tampouco é definido por meio do *cálculo de recuperação de intenção*, pragmaticamente, como sugere Moura (1999). Mesmo que, se por um lado não nos propusemos neste artigo a pensar os limites entre Semântica e Pragmática, por outro entendemos que o sentido precisa ser considerado em seu aspecto semântico como um todo, e que não pode ser definido por meio de um cálculo pragmático, ou pelo menos que, antes de haver o processamento de um suposto cálculo pragmático envolvido na determinação do sentido, há/ deve haver especificações semânticas restritivas orientadoras do sentido a ser gerado. Passemos, então, à análise propriamente do exemplo proposto.

2. Análise

Levinson (1983) mostra que, para aqueles que propõem uma semântica não contextual, *antes* seria um gatilho pressuposicional, produzindo assim o pressuposto de que "Maria terminou sua tese". Entretanto, podemos perceber que apesar de considerarmos *antes* como um desencadeador de pressuposição, o pressuposto esperado

adotada em Tavares (1998).



de que "Maria terminou sua tese" pode não se manifestar, tendo em vista uma interpretação como (1b).

Num primeiro momento, a discussão que se fazia era referente à negação ou não dos pressupostos, ao que propusemos a perspectiva de que, na verdade, não negamos um pressuposto, mas reorganizamos o movimento a ser feito de acordo com a situação dialógica em que nos encontramos. Parece-nos, assim, que a discussão sobre o caráter semântico ou pragmático dos pressupostos, bem como sua possibilidade ou não de negação, não pode ficar restrita à questão de determinação de *contexto*, porque parece-nos que pouco pode ser esclarecido sob esse prisma.

Nossa proposta, ao pontuarmos e insistirmos na perspectiva de *dialogismo*, assenta sobre a possibilidade de delimitarmos, assim, os elementos envolvidos no movimento de marcação de sentido do enunciado. Com isso, pretendemos que a enunciação delimite o sentido de seus enunciados.

Sabemos, contudo, que uma restrição deve ser feita. Quando nos referimos acima a *pressuposto esperado*, procurávamos resgatar nossa proposta de que os pressupostos não são cancelados porque, dependendo da situação, na verdade o que fazemos é mobilizar um outro pressuposto; por isso a noção de *dialogismo* é tão cara e distinta, para nossa proposta, da noção de *contexto*.

Quando optamos por *contexto* ou por *determinação do sentido intencionado*, como propõe Moura, parece-nos que esse sentido será *calculado* a partir de prerrogativas pragmáticas, pelo menos é o que deixa transparecer a afirmação de Moura, de que *o termo-chave aqui é recuperação da intenção, e não contexto, pois a semântica também é contextual* (1999: 01). Ora, parece-nos que o Autor propõe *recuperação da intenção* porque *contexto* pode ser tanto semântico quanto pragmático; e, se nossa interpretação de suas palavras não estiver equivocada, a substituição terminológica e conceitual proposta se justifica porque Moura procura uma expressão que possa dar conta de um fato pragmático (que seria o suposto *cálculo* se sentido da sentença). Com isso, queremos dizer que não compactuamos da proposição de que existe um sentido semântico intencionado que será determinado por meio de um cálculo pragmático, afinal, em resumo, este nos parece ser o pensamento de Moura.

Nossa hipótese, por outra, fundamenta-se na noção de que o sentido semântico está determinado na relação dialógica entre *Maria adoeceu antes de terminar sua tese* e os demais *enunciados* com que estabelecer relação dialógica. Assim, um dos principais problemas a reconhecer seria (a) queremos descrever as possibilidades de sentido do *enunciado* em (1) ou da *sentença* em (1)?, (b) o mapeamento das possibilidades de relações dialógicas entre (1) e outros enunciados seria útil e justificado no propósito de descrição do sentido de sentenças potencialmente ambíguas? e, finalmente, (c) a distinção proposta entre *sentença* e *enunciado* é sustentável?.

Buscando traçar um panorama para discutirmos a primeira questão apresentada, retomamos Kempson (1980), assumindo que as expressões *enunciado* e *sentença* não vêm sendo utilizadas adequadamente nem por lógicos nem por lingüistas⁶. Kempson

⁶ Para maiores detalhes ver Kempson (1980) e a discussão proposta entre *enunciado* e *sentença*.



aponta que *enunciado* envolve o *conteúdo* das *proposições*, enquanto *sentença* seria relativa às diferentes possibilidades de sentido da mesma proposição. Ora, enquanto lingüistas semanticistas, certamente nos impõe o dever de considerar o conteúdo prefigurado nas proposições para a determinação do sentido; com isso, assinalamos para a necessidade de considerarmos o *enunciado* e não a *sentença* como unidade de análise relativa à abordagem dialógica que propomos.

Uma vez definido o enunciado como unidade de análise dialógica, cabe-nos argumentar em favor da necessidade de determinar o mapeamento das possibilidades de relações dialógicas entre (1) e outros enunciados, tendo em vista a necessidade de descrevermos consistentemente o sistema semântico da língua, assim como tenta-se descrever seu sistema formal. Contudo, apesar de não direcionarmos tal descrição neste artigo, postulamos que seu propósito deve consistir na descrição de relações dialógicas ideais dos enunciados, como propõe Chomsky ao idealizar sua Gramática Gerativa, não devendo se restringir a uma descrição de *corpus*, o que por sua vez não descarta ou anula qualquer trabalho que possa ser feito nesse sentido. Nossa opinião é de que o trabalho de/ com *corpus* constitui um meio para chegarmos a uma descrição mais abrangente dos sistemas da língua, por isso nunca deverá ser considerado como um fim em si próprio.

Parece-nos, assim, que o mapeamento/ descrição das relações de enunciados potencialmente ambíguos poderia predizer o tipo de relações enunciativas estabelecidas entre os diferentes enunciados, principalmente daqueles enunciados ambíguos que não podem ser marcados por meio de recursos tradicionais, como a especificação de sua *forma lógica* ou de determinação de sua *estrutura sintática*.

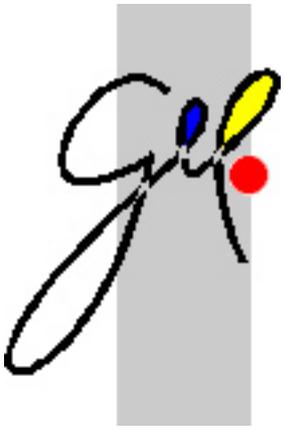
Finalmente, em relação à última questão apresentada, tendo em vista a orientação de nossa argumentação, parece-nos que a distinção proposta entre *sentença* e *enunciado* é sustentável. Sabemos, contudo, que apenas um olhar exterior poderá mobilizar pontos questionáveis em relação a essa posição, esperamos, então, que o debate esteja devidamente provocado.

RESUMO: Este artigo busca reavaliar algumas considerações relativas à ambigüidade pressuposicional e à conseqüente possibilidade de negação ou cancelamento de pressupostos. Assim, procura discutir questões como **contexto, recuperação de intenção e dialogismo**.

PALAVRAS-CHAVE: pressuposição; negação; ambigüidade; dialogismo; contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- KEMPSON, Ruth. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Press, 1983.
MOURA, Heronides. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.
_____. "Os limites da Semântica e da Pragmática". Porto Alegre: Anais do III CELSUL, 1999.
TAVARES, Eliana. *A ambigüidade da negação: uma abordagem dialógica*.



Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. "Pressuposição, negação metalingüística e o contexto conversacional". Porto Alegre: Anais do III CELSUL, 1999.

TAVARES, Eliana. ROSSI, Albertina. "Pressuposição e negação metalingüística". Bauru: *Anais do XLVII GEL*, 1999.